



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx6vDwm-yFQ-CQ&chave2=Ug8cwwspH-cKj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00692349901-ANDREY SILVINO LEANDRO|02372546970-JOEL GONCALVES DE DEUS|0359419924-HUMBERTO GABRIEL CANTU

CP COMERCIAL S/A.
CNPJ: 08.888.040/0001-23
NIRE: 4230.004.541-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2021

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 25 dias de agosto de 2021, às 09:00 horas, na sede social da CP COMERCIAL S.A, localizada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Galpão 01, bairro Itaipava, CEP: 88316-001.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no § 4º do art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estarem presentes à assembleia acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Humberto Gabriel Cantu e secretariados pelo Sr. Joel Gonçalves de Deus.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(I)** Alteração de endereço da **filial 02** situada no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado do Pernambuco; **(II)** Alteração do objeto social da **filial 13** situada no Município de Goiânia, Estado de Goiás; **(III)** Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.
5. **DELIBERAÇÕES:** Após a discussão das matérias, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **(I)** Alterar o endereço da **filial 02**, inscrita no CNPJ sob nº 08.888.040/0006-38 e NIRE 2690.054393-2 que passa a se situar na: Rodovia BR-101 Sul, S/N, KM 79,70, Bairro Jardim Jordão, Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado do Pernambuco, CEP 54320-230; **(II)** Alterar o objeto social da **filial 13**, inscrita no CNPJ sob nº 08.888.040/0020-96 e NIRE 5290.094707-4 que passa ser: a) o comércio atacadista, de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; b) o comércio atacadista de peças e acessórios novos para veículos automotores; **(III)**

Página 1 de 16



Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual consolidado passa a vigorar com a redação abaixo.

6. ENCERRAMENTO: O Presidente ofereceu o uso da palavra e, como não houve manifestação, declarou encerrados os trabalhos. Assim, foi transcrito abaixo o Estatuto Social:

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º: A CP COMERCIAL S/A é uma sociedade anônima regularmente constituída, que se rege por este Estatuto, pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou outra que vier a substituí-la, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

ARTIGO 2º: A sociedade adota o sistema de Capital Fechado.

ARTIGO 3º: A companhia tem sede e foro na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Galpão 01, Bairro Itaipava, CEP 88.316-001, na cidade de Itajaí no estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A companhia pode abrir filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, a critério de qualquer diretor acionista, ainda que não seja detentor do capital majoritário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A companhia mantém filiais nos seguintes endereços:

FILIAL 01 – Estrada Ganchinho, nº 957, Galpão 11, Bairro Sitio Cercado, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81930-165, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0004-76, NIRE 4190.109209-0;

FILIAL 02 – Rodovia BR-101 Sul, S/N, KM 79,70, Bairro Jardim Jordão, CEP 54320-230, Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0006-38, NIRE 2690.054393-2;



FILIAL 03 - Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Sala 15, Bairro Itaipava, CEP 88.316-001, na cidade de Itajaí no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0007-19, NIRE 4290.090637-0;

FILIAL 04 - Rodovia Antônio Heil, nº. 800, KM 01, Sala 01, bairro Itaipava, CEP 88316-001, Cidade de Itajaí no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0009-80, NIRE 4290.092322-3;

FILIAL 05 - Rua Francisco Souza dos Santos, nº 456, Letra A, Quadra CHA, Lote 374, Sala 03, Bairro Jardim Limoeiro, Município de Serra, estado do Espírito Santo, CEP: 29164-153, inscrita no CNPJ sob nº 08.888.040/0010-14, NIRE 3290.041409-6;

FILIAL 06 - Avenida Francisco Silveira Bittencourt, nº 1359, Depósito 10 - Bairro: Sarandi, Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 91150-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0011-03, NIRE 43901668767;

FILIAL 07 - Avenida Lineu de Alcântara Gil nº 5625, Bairro Parque Industrial Campo Verde, CEP 15076-090, Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0012-86, NIRE 3590.479098-2;

FILIAL 08 – Via de Acesso João de Goes, Nº 1400, Barracão B05, Bairro Jardim Itaquiti, CEP: 06422-150, no Município de Barueri, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0014-48, NIRE 3590.500153-1;

FILIAL 09 – Rua Antônio Nunes dos Santos, Nº 34, Bairro Jardim do Vovô, CEP: 13033-210, no Município de Campinas, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0016-00, NIRE 3590.524281-4;

FILIAL 10 – Alameda das Acácias, Nº 8-55, Bairro Parque São Geraldo, CEP: 17021-090, no Município de Bauru, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0017-90, NIRE 3590.524282-2;

FILIAL 11 – Rua Tuffi Rassi, nº 244, Bairro Jardim do Trevo, CEP: 14093-170, no Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0018-71, NIRE 3590.524283-1;



FILIAL 12 – Rua Venezuela, nº 82D, Bairro Lider, CEP: 89805-221, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0019-52, NIRE 42901147596.

FILIAL 13 – Av. Perimetral Norte, nº 3223, Galpão 7 - Bairro: Fazenda Caveiras, CEP: 74445-360, no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0020-96, NIRE 5290.094707-4.

FILIAL 14 – Avenida Costa e Silva, nº 4721, Bairro: Vila Olinda, CEP: 79060-005, no Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0021-77, NIRE 5490.035740-6.

FILIAL 15 – Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Sala 13 - Bairro: Itaipava, CEP: 88316-001, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0022-58, NIRE 4290.121250-9.

FILIAL 16 – Av Joaquim Constantino, 6520 A, Bairro Cedral, CEP: 19067-550, no município de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0023-39, NIRE 42300045411.

FILIAL 17 – Rua Francisco de S e Melo, nº 01590, Galpão 3, Armazém 122, bairro Cordovil, CEP: 21010-900, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0024-10, NIRE 33901553465.

FILIAL 18 - Rua Francisco Souza dos Santos, nº 456, Letra A, Quadra CHA, Lote 374, Sala 06, Bairro Jardim Limoeiro, CEP 29164-153, Município de Serra, estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0025-09, NIRE 32900789448.

FILIAL 19 - Rua Doutor Altino Teixeira, nº 302, Galpão 01, Bairro Porto Seco Pirajá, CEP 41233-010, Município de Salvador, estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0026-81, NIRE 29902007224.

FILIAL 20 - Avenida Julio Domingos de Campos (Lot A Luiza), Nº 6900, Quadra: H, Lote 82 e 83, Bairro Jardim dos Estados, CEP 78158-207, Município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0027-62, NIRE 51920005618.



FILIAL 21 - Rodovia BR 316, Nº 100, Galpão Industrial, KM 07, Bairro Águas Lindas, CEP 67020-000, Município de Ananindeua, estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0028-43, NIRE 15902010495.

FILIAL 22 - Rodovia BR 135 (Engenheiro Emiliano Macieira), Nº 28, Letra C, Km 07, Vila Maracanã, Bairro Maracanã, CEP 65095-602, Município de São Luís, estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0029-24, NIRE 21900589091.

FILIAL 23 - Rodovia BR Cento e um, nº 550, Loja 0000, Km 70, Galpão Ceagepe, Bairro Curado, CEP 50790-640, Município de Recife, estado do Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0030-68, NIRE 26902015470.

FILIAL 24 - SCIA Quadra 14 Conjunto 2, S/N, Lote 13, Bairro Zona Industrial (Guara), CEP 71250-110, Município de Brasília, situada no Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0031-49, NIRE 53920014082.

FILIAL 25 - Rua Neuzinha Parente, Nº 600, A, Bairro Jangurussu, CEP 60870-810, Município de Fortaleza, estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.888.040/0032-20, NIRE 23920013944.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de duração da companhia é por tempo indeterminado, sendo que as suas atividades se iniciaram em 08/06/2007.

PARÁGRAFO QUARTO: A companhia tem o seguinte objeto social:

A unidade **Matriz** tem como objeto social: **a)** o comércio atacadista, comércio pela internet, importação e exportação de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista, importação e exportação de cereais in natura, óleos vegetais e farelos; **c)** o comércio e importação de máquinas e aparelhos de elevação de carga e descarga; **d)** o comércio atacadista e importação de paletes e porta paletes; **e)** o comércio atacadista, importação e exportação de couros, lãs e peles, não comestíveis de origem animal; **f)** a prestação de serviços de manutenção e reparação em veículos automotores; **g)** a prestação de serviços de armazenagem e logística em geral; **h)** a importação e comércio atacadista de bebidas alcoólicas, água mineral, vinho, cerveja, refrigerante e chope; **i)** a importação de mercadorias por conta e ordem de terceiros, bem como todos os demais

Página 5 de 16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

03/09/2021

serviços que se relacionem com o complexo mercadológico exterior; **j)** atividade de despachante aduaneiro; **l)** a prestação de serviços de manutenção e reparação em veículos automotores; **m)** a importação e comércio atacadista de materiais de construção em geral; **n)** o comércio atacadista, importação e exportação de embalagens; **o)** comércio atacadista de produtos alimentícios; **p)** representação comercial de peças e acessórios para veículos automotores; **q)** a importação e exportação por atacado de carne bovina congelada e miúdos; **r)** a prestação de serviço de transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional; **s)** a prestação de serviço de transporte rodoviário de carga municipal; **t)** a importação e exportação de madeira bruta, perfilada ou serrada; **u)** a importação e exportação de pescados e frutos do mar; **v)** serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

A **Filial 01** tem como objeto social: **a)** o comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista, importação e exportação de cereais in natura, óleos vegetais e farelos; **c)** o comércio atacadista, importação e exportação de couros, lãs e peles, não comestíveis de origem animal; **d)** a prestação de serviços de manutenção e reparação em veículos automotores; **e)** exportação por atacado de carne bovina congelada e miúdos congelados.

As **Filiais 02,05,06,09,10,11,13,16,17,18,20,21,22,24 e 25**, têm como objeto social: **a)** o comércio atacadista, de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista de peças e acessórios novos para veículos automotores.

A **Filial 03** têm como objeto social: **a)** o comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista, importação e exportação de cereais in natura, óleos vegetais e farelos; **c)** o comércio e importação de máquinas e aparelhos de elevação de carga e descarga; **d)** o comércio e importação de paletes e porta paletes; **e)** o comércio atacadista, importação e exportação de couros, lãs e peles, não comestíveis de origem animal; **f)** a importação e comércio de materiais de construção em geral; **g)** a prestação de serviços de armazenagem e logística em geral; **h)** a importação e comércio atacadista de bebidas alcoólicas, água mineral, vinho, cerveja, refrigerante e chope; **i)** a prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiros, a importação de compra e venda por encomenda, consultoria e assessoria aduaneira e intermediação de negócios.



A **Filial 04** tem como objeto social: **a)** o comércio atacadista e comércio pela internet de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista de cereais in natura, óleos vegetais e farelos; **c)** o comércio atacadista de couros, lãs e peles, não comestíveis de origem animal; **d)** a prestação de serviços de armazenagem e logística em geral.

A **Filial 07** tem como objeto social: **a)** o comércio atacadista e comércio pela internet de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista de cereais in natura, óleos vegetais e farelos; **c)** o comércio atacadista de couros, lãs e peles, não comestíveis de origem animal; **d)** o comércio atacadista, importação e exportação de embalagens;

A **Filial 08** tem como objeto social: **a)** o comércio atacadista e comércio pela internet de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista de cereais in natura, óleos vegetais e farelos; **c)** o comércio atacadista de couros, lãs e peles, não comestíveis de origem animal; **d)** a prestação de serviços de armazenagem e logística em geral. **e)** a importação e exportação de madeira bruta, perfilada ou serrada. **f)** a importação e exportação de pescados e frutos do mar. **g)** a importação e exportação por atacado de carne bovina congelada e miúdos.

A **Filial 12** tem como objeto social: **a)** o comércio atacadista, importação e exportação, de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos.

A **Filial 14** tem como objeto social: **a)** o comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista, importação e exportação de cereais in natura, óleos vegetais e farelos; **c)** o comércio e importação de máquinas e aparelhos de elevação de carga e descarga; **d)** o comércio e importação de paletes e porta paletes; **e)** o comércio atacadista, importação e exportação de couros, lãs e peles, não comestíveis de origem animal; **f)** a importação e comércio de materiais de construção em geral; **g)** a prestação de serviços de armazenagem e logística em geral; **h)** a importação e comércio atacadista de bebidas alcoólicas, água mineral, vinho, cerveja, refrigerante e chope; **i)** a prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiros, a importação de compra e venda por encomenda, consultoria e assessoria aduaneira e intermediação de negócios; **j)** o comércio atacadista, importação e exportação de embalagens;

Página 7 de 16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

03/09/2021

A **Filial 15** tem como objeto social: **a)** o comércio atacadista e comércio pela internet de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, partes e peças de veículos; **b)** o comércio atacadista de cereais in natura, óleos vegetais e farelos; **c)** o comércio atacadista de couros, lãs e peles, não comestíveis de origem animal; **d)** a prestação de serviços de armazenagem e logística em geral; **e)** exportação de carne bovina congelada e miúdos. **f)** a importação e comércio atacadista de materiais de construção em geral; **g)** o comércio atacadista, importação e exportação de embalagens; **h)** comércio atacadista de produtos alimentícios; **i)** representação comercial de peças e acessórios para veículos automotores; **j)** a importação e comércio de materiais de construção em geral; **k)** o comércio e importação de máquinas e aparelhos de elevação de carga e descarga.

A **Filial 19** têm como objeto social: **a)** o comércio atacadista de pneumáticos e câmaras-de-ar.

A **Filial 23** têm como objeto social: **a)** Comércio varejista de: Pneumáticos, câmaras de ar e autopeças; **b)** Prestação de serviço de: montagem de pneumáticos, balanceamento, alinhamento e geometria.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 4º: O capital social integralizado é de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, não conversíveis em outras formas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O capital social será composto, em sua totalidade, por ações ordinárias nominativas. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas assembleias gerais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os certificados das ações serão assinados por 02 (dois) diretores em conjunto.

ARTIGO 5º: A Sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, incorporar ao seu Capital, reservas e lucros acumulados ou em suspenso, capital excedente ou reservas especiais, resultantes da correção monetária, procedendo a emissão das ações correspondentes às incorporações que se verificarem.



ARTIGO 6º: A Companhia poderá, por deliberação majoritária em Assembleia Geral, adquirir suas próprias ações, sem redução do capital social, mediante a aplicação dos lucros acumulados ou capital excedente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As ações assim adquiridas serão mantidas em tesouraria, sendo que o capital da sociedade em circulação, corresponderá ao subscrito menos as ações depositadas na tesouraria.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As ações adquiridas pela Sociedade, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direito a voto, nem participação nos dividendos votados ou de novas ações distribuídas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Por deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá recolocar ou vender ações mantidas em tesouraria.

CAPÍTULO III – COMPOSIÇÃO

ARTIGO 7º: São órgãos da Sociedade:

- a) Assembleia Geral dos Acionistas;
- b) Conselho de Administração
- c) Diretoria;
- d) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 8º: A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade exigirem, por meio da manifestação dos acionistas ou dos administradores.

ARTIGO 9º: A convocação da Assembleia far-se-á pela imprensa, na forma da lei, e dos anúncios deverão constar a Ordem do Dia, o Local e a Hora da Reunião.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será considerada regular a Assembleia na qual comparecerem todos os acionistas.

ARTIGO 10º: A Assembleia Geral será convocada por qualquer dos seus diretores, mediante a prévia deliberação da diretoria. Pode, ainda, ser convocada pelo Conselho de Administração, em havendo necessidade para o Conclave, ou, finalmente, na forma da Lei, pelos extraordinariamente legitimados.



ARTIGO 11º: As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou, no seu impedimento, por um dos Diretores, que escolherá, entre os presentes, um secretário.

ARTIGO 12º: O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador constituído a menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado.

CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13º: A Sociedade será administrada pela Diretoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Incumbirá a Assembleia Geral fixar a remuneração global da Diretoria, que será distribuída em reunião realizada para esse fim.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 14º: O Conselho de Administração, somente funcionará quando instalado a pedido de acionistas, formulado em qualquer Assembleia Geral, que os elegerá e fixará a sua remuneração, respeitando o mínimo determinado em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Conselho de Administração deverá ser constituído de um mínimo de 3 (três) e um máximo de 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

SEÇÃO II – DIRETORIA

ARTIGO 15º: A Diretoria será composta de 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor de Compras.

ARTIGO 16º: O mandato da Diretoria será de três anos, podendo haver reeleição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ainda que terminado o prazo previsto neste artigo, os Diretores continuarão no pleno exercício de suas funções até que se efetive em outra Assembleia Geral, a renovação de seus mandatos ou sua substituição por outros Diretores.

Página 10 de 16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

03/09/2021

ARTIGO 17º: A remuneração global da Diretoria será estabelecida anualmente na Assembleia Geral Ordinária e distribuída entre eles na forma deliberada pelo Diretor Presidente, na primeira reunião posterior à realização da Assembleia Geral Ordinária.

ARTIGO 18º: A Diretoria tem todos os poderes necessários para prática dos atos e realização das operações que se relacionem com o objeto da sociedade.

ARTIGO 19º: Compete ainda à Diretoria: (a) Zelar pela observância de lei e do estatuto social e fazer cumprir as deliberações tomadas pela Assembleia Geral; (b) - elaborar Planos Plurianuais de Atividades envolvendo, entre outros aspectos, análise de mercado e situação da empresa no setor, projeções, recomendações e políticas de “marketing” para os próximos anos, devendo tais planos sofrer atualizações ao final de cada exercício social; (c) - elaborar orçamentos anuais detalhados de operações e investimentos financeiros, bem como estabelecer sistemas de controle e informação adequados ao perfeito acompanhamento das operações; (d) - apresentar, mensalmente, relatório gerencial das operações em curso; (e) - promover tomadas de preços para realização de qualquer operação que envolva a aquisição de bens ou serviços; (f) - submeter à apreciação os relatórios dos auditores e consultores.

ARTIGO 20º: Compete ao Diretor Presidente: (a) - exercer a administração executiva geral dos negócios sociais, cumprindo-lhe, para tanto, coordenar os trabalhos dos demais Diretores, organizar e supervisionar a execução das atividades da sociedade; (b) - organizar o relatório anual das operações da sociedade, depois de aprovado pelos demais Diretores; (c) - zelar pela perfeita execução das deliberações da Assembleia Geral; (d) – assinar, juntamente com outro Diretor as ações da sociedade ou os títulos múltiplos que as representem; (e) – Convocar as Reuniões de Diretoria e de Gerência; (f) – Aprovar a estrutura da organização; (g) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das diretrizes básicas da sociedade; (h) - autorizar a participação da empresa em outras sociedades em que é ou venha a ser sócia ou acionista, e definir como será exercido o seu voto; (i) - convocar as Assembleias Gerais; (j) - submeter à Assembleia Geral propostas objetivando: I - aumento ou redução do capital social; II - operações de fusão, incorporação ou cisão; III - reformas estatutárias; IV - a liquidação da sociedade. (k) - deliberar sobre: I - emissão de ações ou bônus de subscrição; II - subscrição e integralização de ações em bens, direitos ou serviços conversíveis em crédito; III - resgate, reembolso, amortização ou aquisição de ações da própria empresa; IV - aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em outras sociedades, inclusive o controle; (l) - examinar e deliberar sobre o

Página 11 de 16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

relatório anual aos acionistas, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras; (m) - analisar e aprovar as propostas da Diretoria para distribuição de dividendos, bonificações, desdobramentos, participação dos administradores e aplicação de lucros; (n) - autorizar a Diretoria a adquirir, vender, prometer vender, ceder, prometer ceder, hipotecar, ou por qualquer outra forma, gravar ou dispor de bens do ativo, tais como imóveis, instalações, máquinas, veículos, caminhões, tratores, valores mobiliários, bem como de direitos a eles relativos, ou ainda de quotas ou ações de sociedades em que a empresa é ou venha a ser sócia ou acionista; (o) – aprovar projetos especiais e autorizar a Diretoria a fazer aplicações financeiras, incluindo as de valores mobiliários; (p) prestar garantias; (q) - eleger e destituir os membros da diretoria; (r) - fixar a remuneração de cada um dos membros da Diretoria até o montante global aprovado pela Assembleia Geral; (s) - determinar as atribuições e a área de atuação dos Diretores sem designação específica; (t) – designar em caso de vaga definitiva de Diretor, o substituto; (u) - examinar, a qualquer tempo, os papéis e livros da sociedade, zelando pela sua boa guarda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica sob a responsabilidade do Diretor Presidente a Diretoria de Compras, bem como o Departamento Financeiro – o Departamento Contábil – o Departamento Tributário – o Departamento Jurídico – o Departamento de Recursos Humanos – a Gerência Comercial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ficam sob a responsabilidade do Diretor de Compras – o Departamento de Tecnologia da Informação - a Gerência de Equipamentos – a Gerência da Qualidade.

ARTIGO 21º: Todos os papéis e documentos que envolvam a responsabilidade da sociedade ou a exoneração de terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive cheques bancários, serão assinados: (a) pelo Diretor Presidente Isoladamente; (b) pelo Diretor Presidente e Diretor de Compras em conjunto; (c) por um procurador, quando assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele previstos.

ARTIGO 22º: A representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, cabe necessariamente: (a) ao Diretor Presidente, de forma isolada, ou (b) Diretor Presidente e outro diretor, de forma conjunta, cabendo ainda esta representação nos seguintes casos:

- (a) perante outras sociedades de cujo capital participe a companhia;
- (b) nos atos referidos no artigo Décimo Sexto.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Somente poderão constituir procuradores o Diretor Presidente em conjunto com o Diretor de Compras, que sempre deverão assinar em conjunto, observando as determinações do parágrafo seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na constituição de procuradores, observar-se-á o seguinte:

- (a) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependem de autorização da Assembleia Geral, o efetivo exercício de tais atos ficará expressamente condicionado à obtenção dessa autorização;
- (b) as procurações “ad negotia” serão outorgadas para fins específicos e com prazo de validade não superior a um ano, vedado o substabelecimento, razão pela qual expressamente os correspondentes instrumentos de nomeação devem consignar, em seu contexto, esse termo de vigência. As procurações específicas outorgadas a advogados, para representação da sociedade em processos judiciais e administrativos terão prazo de validade indeterminado e somente permitido o substabelecimento se assim for autorizado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os atos praticados em desconformidade ao estabelecido no presente Estatuto serão nulos e não obrigarão a Sociedade.

ARTIGO 23º: Os diretores responderão pessoalmente aos demais e à companhia, pelos atos dolosos que praticarem.

SEÇÃO III – ABRANGÊNCIA E LIMITES DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 24º: A sociedade não poderá prestar garantias de favor, seja real, fidejussória ou de qualquer outra modalidade, a terceiros, salvo para as sociedades da qual detenha o poder de controle, nas quais participe, para aquelas que venham nela participar, nas sociedades que façam parte do seu Grupo Econômico, nas que o titular do Poder de Controle detenha mais que 10% (dez por cento) do capital social, e para os casos expressamente autorizados por acionistas representando a totalidade do capital social da sociedade.

ARTIGO 25º: Por deliberação majoritária da Assembleia Geral Extraordinária, constituída por mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto, a Companhia pode suspender em determinados exercícios e pelo período que ficar definido no Conclave, a atividade do Conselho de Administração.

Página 13 de 16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 26º: O Conselho Fiscal, somente funcionará quando instalado a pedido de acionistas, formulado em qualquer Assembleia Geral, que os elegerá e fixará a sua remuneração, respeitando o mínimo determinado em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Fiscal, se instalado, será composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, e exercerá o seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

ARTIGO 27º: As deliberações do Conselho Fiscal, que terão as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, serão tomadas por maioria de votos e consignadas no livro de "Atas e pareceres do Conselho Fiscal".

CAPÍTULO VII

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

ARTIGO 28º: O exercício social terá início em 1º de janeiro, terminando em 31 de dezembro do mesmo ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras determinadas por lei.

ARTIGO 29º: A sociedade poderá, quando julgar conveniente, levantar balanços mensais ou semestrais, conforme estabelecido no art. 204 da Lei 6.404/76 ou dispositivo legal que o venha substituir, atendida a legislação fiscal pertinente, distribuindo ou não os dividendos.

ARTIGO 30º: Juntamente com o Balanço e a Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados, será encaminhada proposta para distribuição de dividendos, a fim de que sobre ela a Assembleia Geral se pronuncie e delibere.

ARTIGO 31º: Após as deduções previstas em lei, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a)** 5 % (cinco por cento) do lucro líquido, para a constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b)** 30% (trinta por cento) no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76, será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o qual poderá ser reinvestido na Companhia, por deliberação dos acionistas.

ARTIGO 32º: Atendido o disposto no Artigo acima, a Assembleia Geral deliberará sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício,

Página 14 de 16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

03/09/2021

se houver, o qual, por proposta legal da administração, poderá ser total ou parcialmente atribuído como:

- a) dividendo suplementar aos acionistas;
- b) saldo que se transfere para o exercício seguinte, como retenção de lucros, quando devidamente justificados pelos administradores, para financiar plano de investimento, previsto em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei 6404/76.

CAPÍTULO VIII – DA RETIRADA

ARTIGO 33º: Ocorrendo qualquer hipótese de exercício do direito de retirada, o acionista dissidente receberá o valor de reembolso de suas ações estipulado com base no valor econômico da companhia, a ser apurado em avaliação realizada especificamente para esse fim.

PARÁGRAFO ÚNICO – O reembolso respeitará a manutenção da empresa e a qualidade dos ativos detidos pela Companhia, de forma que o dissidente receberá o reembolso não em dinheiro, mas em outras espécies de bens, escolhidos pela Assembleia Geral, ouvidos os órgãos de administração da Companhia.

ARTIGO 34º: Caso um dos Acionistas queira retirar-se da sociedade, mediante alienação, mesmo por doação de suas ações, deverá comunicar por escrito sua decisão à Diretoria, a fim de que a sociedade em primeiro lugar e em segundo os demais acionistas, possam no prazo de 90 (noventa) dias do recebimento da comunicação, exercer o direito de preferência na aquisição das ações do Acionista retirante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Decorrido este prazo, sem que a companhia e os demais acionistas se manifestem, as ações poderão ser livremente transferidas, observadas as condições da oferta efetivada, para a validade do negócio de transferência a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A transferência para herdeiros diretos ou para sociedades controladas pelo acionista que desejar alienar suas ações não estarão vinculadas ao direito de preferência mencionado no “caput” do presente artigo.

CAPÍTULO IX – DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 35º: No caso de dissolução da sociedade, deliberada em Assembleia Geral, compete a este mesmo órgão determinar o modo de liquidação e nomeação do liquidante.

Página 15 de 16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 36º: As omissões deste estatuto serão supridas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações e, subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro ou legislação que o venha a substituir.

Itajaí-SC, 25 de agosto de 2021.

Mesa:

HUMBERTO GABRIEL CANTU

JOEL GONCALVES DE DEUS

Acionistas Presentes:

HUMBERTO GABRIEL CANTU

ANDREY SILVINO LEANDRO

Página 16 de 16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

03/09/2021



218183542

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CP COMERCIAL S/A
PROTOCOLO	218183542 - 26/08/2021
ATO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
EVENTO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 42300045411
CNPJ 08.888.040/0001-23
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/09/2021
SOB N: 20218183542

EVENTOS

027 - ALTERACAO DE FILIAL EM OUTRA UF ARQUIVAMENTO: 20218183542
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20218183542

FILIAIS FORA DA UF

NIRE 52900947074
CNPJ 08.888.040/0020-96
ENDERECO: AV PERIMETRAL NORTE, GOIANIA - GO
EVENTO 030 - ALTERACAO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF

NIRE 26900543932
CNPJ 08.888.040/0006-38
ENDERECO: RODOVIA BR-101 - SUL , JABOATAO DOS GUARARAPES - PE
EVENTO 027 - ALTERACAO DE FILIAL EM OUTRA UF

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00692349901 - ANDREY SILVINO LEANDRO - Assinado em 27/08/2021 às 14:35:22
Cpf: 02372546970 - JOEL GONCALVES DE DEUS - Assinado em 27/08/2021 às 14:33:52
Cpf: 03594199924 - HUMBERTO GABRIEL CANTU - Assinado em 27/08/2021 às 14:33:01



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/09/2021 Data dos Efeitos 25/08/2021

Arquivamento 20218183542 Protocolo 218183542 de 26/08/2021 NIRE 42300045411

Nome da empresa CP COMERCIAL S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166847398611180

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/09/2021 Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

03/09/2021